A VIDA ESTÁ NA RAIZ, NA TERRA, NO CAMPO EM LUTA – A EDUAÇÃO DO (NO) CAMPO COMO FORMA DE RESISTÊNCIA DA AGRICULTURA CAMPONESA

Life is the root in the earth, the field in fight – education in field as resistance of peasant agriculture

La vida en la raiz, en la tierra, el campo en lucha – la educación del (en) campo como resistência de la agricultura campesina

Émerson Dias de Oliveira[1]

Nilson Cesar Fraga[2]

Resumo

Considerando as particularidades históricas que sempre foram impostas aos jovens do campo, os quais sempre ficaram às margens das políticas público-privadas de acesso à educação de qualidade e emancipadora, este estudo visa dialogar sobre a importância que a educação apresenta para os sujeitos do campo, procurando dimensionar as práticas e ações que foram direcionadas a essa temática nos limiares da virada do século XX para XXI. Uma necessidade que prioriza a consolidação de práticas em que a educação popular seja efetivada como uma das matrizes pedagógicas constituintes da educação camponesa. Além de contribuir para o debate desta realidade, a pesquisa pretende por meio das discussões fazer questionamentos e reflexões que trazem em voga o dia-a-dia dos jovens rurais, suas problemáticas e particularidades que estão interiorizadas nas vivências destes sujeitos na contemporaneidade.

Palavras-chave: Jovens; Campo; Educação; Vivência.

Abstract

Considering the historical particularities imposed to the young people of the field, which were always on the margins of public-private policy to the access to quality education and emancipatory, this study aims to talk about the importance that education has for the subjects of the field, trying to characterize the practices and actions that were directed to this theme in turn the threshold of the twentieth century to XXI. A necessity that prioritizes the consolidation of practices that popular education is effective as one of the constituents pedagogical bases of peasant education. and contribute to the discussion of this reality, the research aims through discussion to questions and reflections that bring in vogue day-to-day lives of rural youth, your problematic and peculiarities that are internalized in the experiences of these subjects nowadays.

Keywords: Youth; Field; Education; Experience.

Resumen

Teniendo en cuenta las particularidades históricas que siempre han sido impuestas a los jóvenes en el campo, que siempre se mantuvo al margen de la política pública-privada de acceso a la educación de calidad y la emancipación, este estudio pretende hablar de la importancia que la educación tiene para los sujetos del campo, tratando de caracterizar las prácticas y acciones que se dirigen a este tema, en el umbral del siglo XX al XXI. Una necesidad que da prioridad a la consolidación de las prácticas que la educación popular es eficaz como uno de los constituyentes bases pedagógicas de la educación campesina. Además de contribuir a la discusión de esta realidad, la investigación tiene como objetivo a través de la discusión de las preguntas y reflexiones que traen al día a día de vida de la juventud rural, sus problemas y peculiaridades que se internalizan en las experiencias de estos sujetos en la actualidad.

---

[1] Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Com pesquisas sobre a questão agrária brasileira sob a ótica da atuação camponesa como sujeitos ativos de sua própria existência. E-mail: cooperativismopopular@hotmail.com

[2] Pesquisador do CNPq. Professor do Departamento de Geociências e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Coordenador do Laboratório de Geografia, Território, Meio Ambiente e Conflito e do Observatório do(s) Centenário(s) da Guerra do Contestado. E-mail: nilsoncesarfraga@hotmail.com.

Palabras-clave: Juventud; El campo; Educación; Experiencia.

1 INTRODUÇÃO

A consolidação do jovem no meio rural se apresenta, atualmente, como um desafio instigante e essencial para a continuidade da agricultura camponesa. Este jovem camponês que é dotado de particularidades distintas e singulares surge como uma força motriz para a manutenção viva da luta camponesa, como forma de exigir e fazer valer os direitos dos sujeitos do campo.

O cenário desta problemática, a de manter os jovens no campo, ocorre em virtude e em paralelo de uma conjuntura política, econômica e cultural que, muitas vezes, impossibilita e até mesmo inviabiliza a permanência do jovem no meio rural, haja vista, a dualidade do dinamismo urbano e o comprometimento destes com o seu lugar de origem.

Considerando esta realidade, neste ensaio apresentam-se determinadas discussões teórico-conceituais essenciais, a fim de situar o debate. Esboçar o meio vivencial dos jovens rurais, que se compreende quase que exclusivamente por famílias de camponeses que ainda resistem aos avanços do capital na agricultura, fazendo-se importante destacar alguns apontamentos atuais sobre o campesinato no Brasil.

Como elemento primordial do processo de formação e amadurecimento intelectual emancipatório dos jovens do campo, a educação camponesa apresenta-se de forma estratégica e essencial nos planos de governanças, sendo que na realidade é visível durante todo o processo histórico nacional um enorme descaso por parte do governo para com o setor rural, quando se observa as políticas distintas de educação em relação ao meio urbano.

Visando melhor entender as especificidades da educação camponesa, foram observados alguns delineamentos legislativos que foram direcionados ao meio rural nos últimos anos, bem como as demais ações governamentais sobre o tema e, principalmente, as medidas excludentes que estes sujeitos ainda padecem no seu meio, onde sempre os interesses visados são as intenções apontadas pelas elites político-privadas, sobremaneira as políticas públicas advindas do meio urbano, que, geralmente, recaem sobre o campo.

Metodologicamente foram utilizadas análises bibliográficas em publicações sobre o tema e em reportagens atuais, contextualizando a questão da educação camponesa. Buscando discutir o debate e o papel deste tipo específico de educação no contexto atual, considerando o tumultuado processo de exclusão social que a classe camponesa sempre sofreu no decorrer do tempo, se delineou as leituras para conduzir as análises este trabalho.

O intento, portanto, desse estudo é dimensionar os sentidos e significados que envolvem a realidade dos jovens camponeses no contexto de sua permanência ou não no seu meio.

Um território, ou um mundo vivido para melhor se aproximar da vasta realidade campesina, que apesar da sua noção de "ultrapassado" como atividade produtiva para os grandes complexos agrícolas, é constituído de infinitos processos e valores que, aliado a uma política agrária de valorização e uma gestão solidária, apresentam resultados surpreendentes e de ampla inserção dos seus respectivos indivíduos, ajudando, inclusive, no estancamento do êxodo rural.

A organização do presente ensaio está distribuída inicialmente em apontamentos conceituais sobre os seus sujeitos, objetos e gestões que envolvem a questão da educação camponesa, posteriormente há um debate reflexivo a partir das políticas e ações públicas direcionadas ao setor nos últimos anos com suas reais intencionalidades e, finalmente, alguns questionamentos e lampejos de reflexão sobre os rumos e realidades que os atores desse processo estão envolvidos. Importante mencionar que, no decorrer deste trabalho, os termos, rural e campo, são trabalhados com o mesmo sentido.

Nessa perspectiva, a formação dos jovens rurais deve ser abordada, como a primeira preocupação essencial para sua formação e conscientização de "sujeitos de direito", com uma apreensão ampla da conjuntura em que estão inseridos, construindo nestes, além das práticas de manejo e trabalho na propriedade agrícola, valores estruturais e ideológicos da militância camponesa priorizando a consolidação e expressão identitária do sujeito camponês, ampliando e dando valor ao mundo do campo.

2 A EDUCAÇÃO CAMPONESA COMO EMANCIPAÇÃO DO SUJEITO.

O quadro crítico que os jovens do meio rural vivenciam, atualmente, tem sido objeto de diversos pesquisadores das ciências humanas e sociais, os quais demonstram com clareza a realidade desta problemática enfrentada por seus integrantes. São jovens com potencial singular para o fortalecimento e desenvolvimento destes modelos agrícolas, que ao longo da história da agricultura sempre se impuseram como protagonistas de formas sustentáveis de trabalho e da soberania alimentar em seus lugares.

Esse desafio do processo de continuidade e formação de uma nova geração de agricultores é para Mello et al. (2003), uma situação a qual faz-se necessário um trabalho permanente e interligado entre os diversos envolvidos e instituições que militam no setor, aliando-se políticas agrícolas, fundiárias, educacionais e de habitação de interesse social, de maneira que estimule a formação de uma estrutura sólida para seus protagonistas (jovens agricultores) atuarem.

Brumer (2006) indica e dialoga sobre os dois questionamentos centrais que envolvem a problemática apontada no presente estudo. Primeiramente a imagem de ultrapassado e

desvalorizado do modelo agrícola organizado pelo trabalho da família, paralelo ao apelo que o próprio núcleo familiar realiza ao direcionar o jovem rural à cidade, dotado de um ideário de que na cidade ele "terá um futuro melhor que os pais", tal mentalidade e discurso são comuns desde os anos de 1950, mais acentuados a partir da Revolução Verde, ou seja, dos anos de 1970, e se deve mencionar que os discursos são, sempre, ideológicos.

Outra concepção de Brumer (2006) se embasa no processo de transferência dos estabelecimentos agrícolas aos herdeiros, considerando que dado ao reduzido tamanho das propriedades, a partilha e a sucessão inviabiliza a reprodução dos modelos vigentes. Tanto a ideia de submissão do rural ao modo urbano quanto à inviabilidade de sobrevivência dos jovens rurais nos reduzidos territórios herdados, terminam por consolidar uma prática de que o jovem não tem mais espaço no campo e de que a cidade seria a alternativa mais adequada.

Comilo (2008) apresenta esse assunto como uma falta de identidade do sujeito do campo;

> [...] Muitas vezes o camponês recusa-se a assumir sua identidade, pois, ao longo de sua história, foi considerado como "rude" e inferior. O próprio campo é visto como um espaço inferior à cidade. A consciência de classe passa pela consciência de identidade, que, no caso aqui discutido, é a da cultura camponesa [...]. (COMILO, 2008, p. 21).

Neste sentido, torna-se crescente a necessidade de se rediscutir o papel e a inserção social dos jovens no campo, análises estas que devem abandonar os métodos "simplicistas e generalistas" que se veem em voga atualmente em detrimento de uma intervenção que atue no sentido do (no) campo, noção essa amplamente discutida pelos pedagogos e militantes da "Educação Camponesa".

Essa formação educacional em conjuração com as realidades a partir "do" campo e acontecendo "no" campo, é para Baptista (2003) um modelo de escola que se vincula aos saberes e práticas das comunidades locais, valorizando o modo de vivência de seus sujeitos. Uma educação do (no) campo emancipatória tendo por base a Pedagogia da Alternância, tida como um método educacional que conjuga diferentes experiências formativas distribuídas ao longo de tempos e espaços distintos, visando uma formação profissional.

> A pedagogia da alternância se inscreve na lógica explicada por Jean Piaget na fórmula "praticar e compreender". Praticar quer dizer a ação, a experiência que temos das coisas, e compreender significa a explicação, a teorização, a conceitualização e a abstração que se pode extrair da prática ou que pode resultar dela. (GIMONET, 1999).

A educação do campo por si só já se expressa como uma conquista de lutas dos movimentos sociais camponeses, uma militância que reprimia as políticas educacionais aplicadas ao longo do tempo, deixando em segundo plano a realidade do rural. Políticas chamadas romanticamente de "educação rural", sem qualquer preocupação efetiva com as necessidades e demandas dos sujeitos camponeses, algo que não ultrapassava o discurso.

Assim, o sucesso e sua utilidade efetiva na realização deste tipo peculiar de educação deve ater-se em parâmetros estritamente singulares e interligados com seus lugares, uma realização com característica autogerida e alheia as intencionalidades perversas dos setores político-privados, ou seja, uma formação em que construa nos estudantes camponeses, desde as séries iniciais, a formação de sujeitos críticos, capazes de lutar e construir análises integradoras dos seus lugares, mais especificamente, a partir dos seus lugares, nos seus mundos vividos.

3 POLÍTICAS E AÇÕES GOVERNAMENTAIS PARA A EDUCAÇÃO CAMPONESA

O acesso à educação básica é uma necessidade latente e vital para o desenvolvimento de todos os integrantes da sociedade, no caso brasileiro a sua Constituição Federal prega essa garantia como dever do Estado e direito do cidadão, uma realidade que nem sempre acontece de maneira efetiva na prática, considerando que desde o início do processo colonial se percebeu um processo de favorecimento as camadas mais abastadas e a disponibilidade de políticas educacionais com intencionalidades perversas, visando à domesticação para o trabalho e como celeiro de votos aos demais integrantes da população, em suma, não seria um ensino ideológico no sentido de libertação, mas ideológico no sentido de servir para o trabalho e isso tem acontecido desde a criação do ensino público no país, ou seja, desde os anos de 1930.

Trazendo para a reflexão a realidade brasileira do início do século XX, que era em sua ampla maioria composta por uma sociedade rural, surgem os primeiros debates de uma educação rural, a qual para Leite (1999, p. 14) esta;

> [...] por motivos sócio-culturais, sempre foi relegada a planos inferiores e teve por retaguarda ideológica o elitismo acentuado do processo educacional aqui instalado pelos jesuítas e a interpretação político-ideológica da oligarquia agrária, conhecida popularmente na expressão: "gente da roça não carece de estudos. Isso é coisa de gente da cidade".

O que se percebe com essa lógica é a busca pelo controle e alienação dos sujeitos do campo, considerando que os movimentos sociais de camponeses haviam ganhado corpo em várias

outras regiões do globo e estavam e pleno vigor e ainda gatinhavam no Brasil. Assim, com o crescente processo de urbanização do país e a migração dos trabalhadores rurais em direção aos centros urbanos, o governo dá continuidade às políticas e estratégias de controle dessas massas que passam a ganhar corpo no meio social.

Bezerra Neto (2003), explica que foi cunhada de maneira perversa, por meio de políticas públicas uma noção de "nacionalização" da sociedade brasileira, surgindo o termo "ruralismo pedagógico" que se utilizando da propagação de que a nação era eminentemente rural, se fazia necessária uma proposta de educação do trabalhador rural com a finalidade de sua fixação no campo por meio da pedagogia.

Entretanto, observando a contemporaneidade que esse sujeito do campo estava inserido, um país recém-liberto da escravidão, com o acesso a terra inviabilizada aos camponeses e com o coronelismo dominante em pleno vigor, fica fácil compreender que a educação, por si mesma, não conseguiria dar conta das reais demandas desses sujeitos, pois nenhuma ação educativa se constrói desalojada de uma estrutura social mínima, ou seja, um pedaço de terra para iniciar a vida.

Para Calazans (1993), a consolidação desse movimento se efetivou nas décadas seguintes, por intermédio das políticas extensionistas e técnicas para o campo, a própria Constituição Federal de 1934, direcionou insignificantes trechos à educação rural, o ensino profissionalizante as classes desfavorecidas é novamente enfocado com a primeira Redemocratização Nacional e a Reforma Capanema, sendo que tal processo de negação a existência da diversidade no meio rural brasileiro tem continuidade com Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1961, considerando que a escola estava condicionada às intencionalidades capitalista-urbanas.

Segundo Caldart (1997), nestes cenários passam a ganhar força os movimentos sociais do campo por meio das Ligas Camponesas, que aliados aos ideários dos partidos de esquerda e setores progressistas da Igreja católica consolidam o processo de lutas sociais no campo brasileiro, visando não somente à reforma agrária, mas, sobretudo, aos direitos sociais como a saúde, a educação, moradia e crédito.

Para Arroyo (1999, p. 09);

> [...] os movimentos sociais são em si mesmos educativos em seu modo de se expressar, pois o fazem mais do que por palavras, utilizando gestos, mobilizações, realizando ações, a partir das causas sociais geradoras de processos participativos e mobilizadores.

Desta forma, surge efetivamente interiorizado nessas ações um movimento pela educação do campo, contrariando as políticas pedagógicas extencionistas e profissionalizantes em voga, que desconsiderava todos os processos identitários de seus sujeitos. Surge um projeto contrário com Paulo Freire por meio da sua Educação Popular, considerando a prática social do sujeito como embasamento de sua valorização, sendo que muitas comunidades aderiram a esse projeto da educação libertadora, também conhecida como Pedagogia da Alternância.

Essa pedagogia propôs o sujeito à ação;

> [...] os alfabetizandos necessitam perceber a necessidade de um outro aprendizado: o de "escrever" a sua vida, o de "ler" a sua realidade, o que não será possível se não tomarem a história nas mãos para, fazendo-a, por ela serem feitos e refeitos (FREIRE, 1981, p. 13).

Em continuidade ao processo conflituoso de luta por seus direitos o movimento pela educação camponesa sofre o duro golpe civil-militar de 1964, levando o país a uma ditadura militar de mais de duas décadas. Para Nascimento (2009), nesse período ocorre uma profunda penetração da educação extensionista rural e de sua ideologia no campo em que passa a operar o técnico e extensionista no papel de educador. Os anseios e demandas da classe camponesas ficaram ainda mais distantes com a vigoração da dita nova LDB de 1971 que dava continuidade às políticas de caráter conservadoras, sendo enfocada na formação técnica-profissional.

De acordo com Caldart (2008), esse conturbado período de luta e resistência não foi em vão, após a década de 1980 é que realmente começam ocorrer as primeiras conquistas de uma educação emancipatória para o meio rural, engrossa esse movimento o surgimento da Comissão Pastoral da Terra, em 1975, e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em 1984, contribuindo para a segunda redemocratização do Brasil, no qual as políticas públicas educacionais posteriores as décadas de 1990, passam a efetivamente serem direcionadas "no" campo e a partir "do" campo.

Com a promulgação da Constituição de 1988 e a atual LDB, em 1996, ficou amplamente aberto o caminho para fazer valer os direitos de acesso à educação de qualidade aos sujeitos do campo, pautada em suas particularidades existenciais. Em seu artigo 205 a Constituição (1988) estipula que "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família..." e a LBD (1996) em seu artigo 28 aponta que "[...] na oferta da educação básica rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias para sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região [...]".

Assim, por meio desses e outros aportes legais, os movimentos sociais do campo têm a possibilidade de reivindicarem, de fato, seus direitos, evidenciando a urgência da organização da Educação do Campo pública no Brasil. Nestes termos, vê-se surgir diversas iniciativas de cunho político enfocadas nos jovens do campo: Em 1997, ocorre o I Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária - I ENERA, seguidos de outros eventos similares. No ano 2002, tem-se a aprovação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, reestruturadas em 2008.

Dando prosseguimento nesse processo de conquistas da educação camponesa em 2004, é criado no Ministério da Educação e Cultura (MEC) a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), com uma coordenação de educação do campo. Em 2005, ocorre o Projovem Campo - Saberes da Terra. Em 2010, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA e em 2012, o Programa Nacional de Educação do Campo – Pronacampo.

Finalmente, essas foram algumas das várias ações que foram direcionadas aos jovens do campo, visando sua integralização em modelos de ensino condizentes com suas reais demandas. Entretanto, a realidade do campo brasileiro ainda é extremamente inferior às condições e estruturas de ensino que vigora no ambiente urbano.

Para Fernandes (1999, p. 65) "a política de educação que está sendo implantada no Brasil, por meio dos Parâmetros Curriculares Nacionais, ignora a necessidade da existência de um projeto para a escola rural". Entretanto, apesar de ter deixado a educação tecnicista de lado, há ainda um ideário de que o urbano é melhor e mais apropriado, ou seja, uma legitimação ideológica que concebe a escola urbana como a melhor, uma problemática a ser resolvida de dentro do movimento para fora e de fora para dentro do movimento.

Outros questionamentos que tem surgido na atualidade é a relação dos custos para manutenção dessa educação camponesa, sendo que determinados governantes que implantam estratégias de governo enviesado na otimização de custos, veem a escola do campo como dispendiosa, sendo mais compensatório deslocar seus alunos e alunas até o centro urbano, ao invés de manter o ambiente escolar no meio rural.

O estado do Paraná como uma das unidades federativas pioneira na implantação de Casas Familiares Rurais[3], desde 1984 e com maior número de estruturas, recentemente foi vítima

[3] A Casa Familiar Rural é um espaço destinado à formação de jovens do meio rural e pesqueiro, que recebem formação técnica, profissional e gerencial, tendo como objetivo qualificar esses jovens e oferecer alternativas de renda e de

de políticas de recessão econômica por parte do governo, onde houve um anúncio de queda no número de investimento para o setor.

> O corte de verbas confirmado na última semana pelo governo do Paraná vai fechar imediatamente 20 das 42 casas familiares rurais do estado. Trata-se das unidades que oferecem ensino médio com qualificação em agricultura, onde filhos de produtores completam o ensino médio. As medidas de contenção de gastos do governo afetam também as outras casas familiares – que oferecem diploma de técnico. No entanto, essas unidades continuarão funcionando para formar as turmas que acabam de ingressar na rede (até 2017), informa a ARCA SUL. (ROCHER, Gazeta do Povo, 2015).

Em nota, a Secretaria de Estado da Educação esclarece que o contrato de convênio com as casas familiares está em fase de renovação, sem, no entanto, definir detalhes claros de quais procedimentos realmente serão tomados para sanar essa ameaça por parte das instituições atingidas, deixando informações vagas e dispersas sobre o que realmente será direcionado aos sujeitos do campo.

Outra problemática enfrentada pela educação camponesa é a intervenção de setores privados e autarquias nos rumos da educação. Essa situação decorre dos paradigmas de análise que estão presentes na agricultura nacional, refletindo na vivência de todos os seus agentes, inclusive no processo educacional. Têm-se o Paradigma da Questão Agrária (PQA) e o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) como gestores das políticas no campo (Fernandes, 1999).

A influência do PCA em conjunto com as autarquias de representação da agricultura capitalista é, ainda hoje, uma representação latente de modelos de repressão da educação emancipatória do sujeito do campo. O sistema "S" possui diversas estruturas de educação extensiva e profissionalizante direcionado a *elite* agrário-industrial, como o caso do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), entidade de direito privado, paraestatal, mantida pela classe patronal rural, vinculada à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP), representando o cooperativismo tradicional e contraditório em suas práticas gestacionais.

Como parte natural do processo de conflitualidade dessas e outras diversas problemáticas que envolvem o movimento pela educação camponesa, as dificuldades e ações contrárias de sua propagação surgem como oportunidades de reflexão sobre a importância e força que o movimento possui perante a sociedade, considerando que as elites classicistas sempre

trabalho para assim permanecerem e beneficiarem a própria região. As aulas na Casa Familiar Rural são em sistema de alternância. (ESTADO DO PARANÀ, 2015).

atuaram no sentido de frear os avanços e conquistas da maioria que se encontra na margem do sistema. Enfim, muito se avançou nessas décadas de luta e resistência. Mas ainda há muito a ser feito e requisitado pela classe camponesa, como forma de efetivar, para além da teoria, os pressupostos e dispositivos emanados dos tratados legislativos firmados até então.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É impossível exaurir as discussões teóricas sobre a educação do(no) campo, visto que a sua realização vai muito além do espaço escolar, pois existem infinitos outros interesses e intencionalidades que envolvem esses domínios e que nunca se apresentam de maneira tão transparente aos seus aos que vivem no campo, sempre há uma névoa inserida estrategicamente com o intento de mascarar a verdadeira vontade, os anseios, os sonhos das gentes do campo, por uma série de mandatários, isso em todas as escalas.

Descolar a educação camponesa do seu "lugar" e do seu "sujeito" é irracional e perturbador para quem vive no meio rural, é, inclusive, uma mutilação do corpo social, quando esse se vê obrigada a ir para a cidade, tendo em vista que as infraestruturas de sustentação da vida estão no urbano, mas essa realidade é, ainda, muito comum no Brasil. Assim, pensar na educação camponesa exige a compreensão dos integrantes dessa classe, no caso, os camponeses.

Marques (2008) entende as formas de atuação camponesa no Brasil para além de uma fatia de atuação no mercado econômico, a vê como uma forma de organização da produção ou um modo de vida. Para a autora, o campesinato continua sendo uma forma de expressão da luta agrária, permanecendo como conceito-chave para decifrar os processos sociais e políticos que ocorrem neste espaço, assim como suas próprias contradições.

A educação como conquista da luta e resistência agrária (e rural) ao longo de décadas de conflito é uma prova de reconhecimento do movimento social pela educação do(no) campo, onde as demandas locais são colocadas como necessidades essenciais nas políticas públicas ao setor, deixando de ser apenas uma mensagem de codilho para tornar-se um elemento essencial de uma sistemática maior, ou seja, a educação dos seus sujeitos atua como um processo estruturante para a qualidade de vida do camponês e sua independência ideológica como sujeito de direito – é o ser vivendo no seu território, sob seu modo de vida.

Em posse dos debates e apontamentos elencados no decorrer dessas discussões, fica claro que o camponês sempre se colocou e continua sendo o principal agente de sua ação – é o ser sobre o seu território e sua identidade. As conquistas e realizações só foram realizadas em virtude do seu processo de intervenção social, fazendo valer seu direito como cidadão de direito, sendo

que os desafios que se mostram ainda na contemporaneidade são um convite a sua ação, ou seja, a sua continuidade na luta – no lutar e produzir, da terra a vida e da vida continuidade marcadas pelos sonhos.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. Educação Básica e Movimentos Sociais. In: VV.AA**. A educação básica e o movimento social do campo.** Brasília: UnB, 1999. p. 15-52

BAPTISTA, Francisca M. C. **Educação rural**: das experiências à política pública. Brasília: NEAD/Editorial Abaré, 2003.

BEZERRA NETO, Luiz. **Avanços e retrocessos na educação rural no Brasil.** 2003. 221 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação – Campinas, 2003.

BRUMER, Anita. **A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade**. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa G (Orgs.). Juventude rural em perspectiva. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 35-52.

CALAZANS, Maria Julieta Costa. **Para compreender a Educação do Estado no meio rural.** In: THERRIEN, Jacques e et. al (Org.). Educação e escola no campo. Campinas: Papirus, 1993.

CALDART, Roseli Salete. **Educação em Movimento**: formação de educadoras e educadores no MST. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. Sobre a educação do Campo. In: SANTOS, Clarice Aparecida dos (Org.). **Educação do campo**: campo- políticas públicas – educação. Brasília: Incra- MDA; 2008.p.67-86.

COMILO, Maria Edi da Silva. **A construção coletiva da escola**: a Escola Chico Mendes e sua História. In: ANGHINONI, Celso; MARTINS, Fernando José (Org.). Educação do campo e formação continuada de professores. Porto Alegre; Campo Mourão: EST Edições; FECILCAM, 2008.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1981.

GIMONET, J. **C. Nascimento e desenvolvimento de um movimento educativo**: as Casas Familiares Rurais de Educação e Orientação In: I Seminário Internacional sobre Pedagogia da Alternância / Alternância e Desenvolvimento. Salvador: UNEFAB, 1999.

LEITE, S. C. **Escola rural**: urbanização e políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 1999.

MARQUES, Marta I. M. A atualidade do uso do conceito de camponês. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 13., 2002, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa, 2002.

MELLO, M. A.; SILVESTRO, M. L.; ABRAMOVAY, R.; DORIGON, C.; FERRARI, D. L.; TESTA, V. M. Educação formal e os desafios para a formação de uma nova geração de

agricultores. In: CONGRESSO DA SOBER, 41., 2003, Juiz de Fora. **Anais...**. Juiz de Fora, 2003.

NASCIMENTO, C. G. Políticas "Públicas" e Educação do Campo: em busca da cidadania possível? **Travessias**, v. 7, p. 178-198, 2009.

ROCHER, José. **Corte fecha metade das casas familiares rurais do PR.** Gazeta do Povo, Curitiba, jul. 2015. Disponível em: <http://agro.gazetadopovo. com.br/noticias/corte-fecha-metade-das-casas-familiares-rurais-do-pr/>. Acesso em 10 set. 2015.